

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira — *Região bragantina; estudo econômico-social (1653-1836)*. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1974, 235 p.

Estudando o *Povoamento* (1653-1769), a *Expansão* (1769-1797) e o *Desenvolvimento* (1769-1836) da área bragantina (definida como região natural, abrangendo Atibala, Nazaré e Bragança), Beatriz de Cerqueira Leite traz decisiva contribuição à história regional da Capitania, depois Província de São Paulo.

Só quando puder ser perfeitamente reconstruído o quadro do povoamento e colonização das várias áreas da antiga Capitania paulista — deduzindo-se daí o extremo valor dos estudos de história regional, quando cientificamente feitos, como no presente caso — é que poderá ser entendido o seu desenvolvimento histórico, como um todo.

Quis a A. demonstrar a unicidade em termos paisagísticos, econômicos e sociais, dos vários núcleos componentes da região estudada e mostrar como a sua história se caracterizou por transformações lentas, longe dos interesses da cultura de exportação, antes da vinda do café.

Valeu-se, para tanto, de documentação existente no Arquivo do Estado de São Paulo, mormente dos *Maços de População* e de outras fontes manuscritas do Museu Paulista, da Cúria Metropolitana e das Câmaras Municipais de Atibala, Bragança e Jundiá. Contou ainda com documentos impressos das vallosas séries *Atas da Câmara de São Paulo*, *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, *Documentos Interessantes* e *Sesmarias*, assim como relatos de viajantes e memórias coevas.

No povoamento e na formação social da região pesaram consideravelmente as condições de paisagem, de aproveitamento de recursos e formas de ocupação do solo, condições que, ademais, eram as mesmas oferecidas por quase toda a Capitania.

Se para as primeiras expedições sertanistas que palmilharam a região não há documentação precisa, tal não acontece com as concessões de sesmarias — as primeiras datando de 1638 — constantes de Códices existentes no Arquivo do Estado e no Arquivo Aguirra, do Museu Paulista, fartamente utilizados pela A.

A estipulação, fixada nas Ordenações Filipinas, de que o recebimento de sesmaria implicaria em aproveitamento da terra, num prazo de 5 anos, sujeito a multas, raramente era obedecido. Assim, entre as primeiras doações e a intensificação de concessões, seguidas de povoamento efetivo, transcorreu o longo compasso de espera, que a abertura de vias de acesso às Minas veio pôr fim.

Situada na região limítrofe entre São Paulo e Minas, a área bragantina mostrava, em meados do século XVIII, a possibilidade de ouro nas margens do rio Jaguarí, havendo, desde então, cerrada disputa de território, por parte daquelas duas Capitânicas. Entretanto, o metal achado não correspondeu às expectativas e, embora terminasse a sua escassa produção, não findou a luta fronteiriça que originara.

Na realidade, foram as atividades agrícolas e a pecuária que proporcionaram o consistente, ainda que moroso, desenvolvimento dos núcleos bragantinos. Seu papel de abastecedores da Capital fez-se sentir desde o início do governo do Morgado de Mateus (1765). Isto não obstante os freqüentes prejuízos à continuidade e ao bom andamento dos trabalhos do campo, causados pelos constantes recrutamentos militares, que tão intensamente se fizeram presentes na vida do sul do Brasil, na segunda metade do século XVIII.

A Atibala e Bragança, assim como a outras vilas do interior da Capitania, coube o fornecimento freqüente de homens e víveres, tanto para as campanhas militares no sul, como para as expedições de exploração do oeste.

Entretanto, em 1777, portanto já sob o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha, a vila de Atibala viu-se isenta da obrigatoriedade de contribuir com voluntários para as tropas destinadas ao sul, ao mesmo tempo que recrudesciam os pedidos para fornecimento de gêneros, demonstrando claramente uma relação entre uma e outra ordem.

A lavoura estava por demais prejudicada em toda a Capitania e agora cabia à região bragantina, por excelência, a produção de gêneros alimentícios. Ressalte-se que a proximidade da Capital ainda mais facilitava esta atribuição.

Mas, foi notadamente a partir de 1797, quando se deu a elevação da antiga Freguesia de Jaguarí à Vila de Bragança, que se efetivou o desenvolvimento da região. Nota a A., e o comprova com expressivos dados numéricos, que "o crescimento de Bragança é algo surpreendente dentro de sua condição regional" (p. 131). Nazaré e Atibala, ainda que progressistas, o foram em ritmo mais lento. Novas estradas e melhores condições para as "tropas", que faziam o transporte de mercadorias, vieram, nos inícios do século XIX, facilitar ainda mais o comércio com a cidade de São Paulo.

Mostrando, através de inúmeros quadros demonstrativos, a evolução da propriedade rural e do comércio sempre crescente, chega a A. à configuração da urbanização e da sociedade da região, decorrentes daqueles fatores.

Assim, a análise das condições físicas, econômicas e sociais permitiram a Beatriz Cerqueira Leite traçar a evolução da região bragantina, vale dizer, Atibala, Nazaré e Bragança, através de dois séculos. Possibilitou-lhe, outrossim, concluir que a região não perdeu a sua identidade física e cultural, não obstante seu crescimento em ritmo lento; firmou-se, solidamente, desde o início, como zona produtora de "cultura de mantimento", visando, principalmente, o abastecimento da Capital. — HELOISA LIBERALLI BELLOTTO

NOGUEIRA, Arlinda Rocha & HUTTER, Lucy Maffei — *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o império (1824-1889)*. Porto Alegre, Editora Garatuja/Instituto Estadual do Livro, 1975, 162 p. (Biênio da Colonização e Imigração, 4).

A obra em apreço constitui, sem dúvida, uma importante contribuição para a História da Imigração e Colonização do Rio Grande do Sul, tema de grande interesse, ainda carente de estudos especializados de profundidade. Pelo seu grande mérito, a obra foi agraciada com o primeiro prêmio no Concurso de Monografias sobre a Imigração em geral no Certame de Letras "Biênio da Colonização e Imigração", promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

As datas que servem de baliza para o período focalizado correspondem à instalação do primeiro núcleo colonial da Província gaúcha — São Leopoldo, em 1824 — até o término do regime imperial, quando o processo de colonização passa à responsabilidade dos Estados.

Destacam-se como principais fontes de consulta os seguintes Relatórios: dos Presidentes e dos Vice-Presidentes da Província gaúcha, dos Agentes Intérpretes da Colonização, da Repartição da Colonização e da Administração Central das Colônias, assim como as Falas Presidenciais e outros documentos. As pesquisadoras